

# A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA

---

*Francisco Herculano Sousa \**

## **A função educativa da família**

A educação dos filhos exige uma participação cada vez mais interventora e consciente da família e da escola. Descobrir e ajudar a descobrir aquilo que é próprio de cada um é o ponto central da educação familiar e escolar.

É vocação da família ser o espaço por excelência para a educação. Os pais, que transmitem a vida aos filhos têm a obrigação de educá-los. Quando existem condições para que desenvolva a relação afectiva entre pais e filhos, a família apresenta-se como o espaço privilegiado de educação. A responsabilidade dos pais é irrenunciável e inalienável

Como as coordenadas do universo das crianças são substancialmente diferentes das do adulto, evoluindo para níveis de compreensão progressivamente mais complexos à medida que vai amadurecendo na integração e assimilação responsável dos conhecimentos, ela precisa de possuir um conjunto de referenciais que se lhe apresentam como semáforos no seu itinerário evolutivo. Para atingir este crescimento, os filhos devem sentir segurança e esta segurança manifesta-se por actos de compreensão, de carinho, de diálogo. O filho deve sentir-se amado. «Ora, são precisamente os pais a desempenharem esse papel de orientação vital-afectiva na interiorização dos valores que constituem o tecido da sua conduta moral, individual e social, como pessoa em crescimento. Por consequência, é um dado adquirido que o papel conjugal não se restringe exclusivamente ao da procriação. Os pais, tal como os filhos, também têm necessidade de amor e de afeição, de apoio e de segurança, de aprovação e de reconhecimento»<sup>1</sup>.

Cada família possui a sua percentagem de êxitos e de fracassos, de ajustamentos e de incompatibilidades, de maturações e de desequilíbrios. Muitos pais

---

\* Professor de Filosofia no Ensino Secundário.

<sup>1</sup> Cf. J. P. Pourtois e outros, *Eduquer les parents ou comment stimuler la compétence en éducation*, Ceris, Bruxelles, 1987, p. 66.

conseguem lidar perfeitamente com os seus filhos enquanto são pequenos. Porém, com o decorrer do tempo, ressentem-se com a busca incessante da sua autonomia e independência manifestada com maior acuidade a partir da adolescência. O ambiente familiar está directamente relacionado com o ambiente escolar.

Deste modo, é difícil imaginar um ambiente familiar conturbado que possa ajudar e apoiar eficazmente a criança de forma a permitir-lhe, por exemplo, sobrepor-se aos desafios impostos pela actividade escolar. A incoerência das atitudes parentais, a falta de estabilidade na vida familiar são factores que, entre outros, projectam a criança num clima de insegurança afectiva pouco propício a uma adaptação escolar.

Os pais são, sem dúvida, os primeiros e principais educadores dentro da família e não só, de tal modo que onde faltam os pais dificilmente a educação será cumprida na totalidade. A família aparece, assim, como o lugar embrionário e essencial onde se aprende a viver, a ser e a estar, onde se bebem e se consocializam as virtudes sociais de que as sociedades necessitam absolutamente. Na família aprende-se a respeitar os outros e a colaborar com eles. Este dever de educar precisa da ajuda de toda a comunidade humana que deve defender sempre os deveres e direitos dos pais e auxiliá-los segundo o princípio de subsidiariedade. A comunidade ultima a obra da educação que os pais começaram. Entram aqui a escola e todas as instituições educativas.

Entre todos os meios de educar, a escola ocupa um lugar importante. Pertence-lhe desenvolver a capacidade de julgar rectamente tendo em conta o passado cultural da nação, promover o sentido dos valores, preparar a vida profissional e educar os alunos para o tão almejado entendimento pacífico que estes, por sua vez, alargarão a todo o tecido social. Por isso, se vem defendendo a escola como um núcleo no qual devem tomar parte, em co-responsabilidade, as famílias e os professores, os promotores da vida cultural, cívica e religiosa, a sociedade civil e toda a comunidade humana.

Neste sentido, todos os educadores têm como missão principal educar e formar homens e mulheres dentro do património cultural e moral pátrio, no respeito pela liberdade dos outros à luz da verdade e de uma total responsabilidade. Esta educação total só é atingível se forem conjugados os esforços de pais e professores.

O direito-dever de educar da parte dos pais pode classificar-se de três modos: *essencial*, porque são estes os transmissores da vida humana; *original e primário*, porque são os primeiros educadores, por causa da relação de amor que existe entre eles e os filhos; *insubstituível e inalienável*, porque não pode ser totalmente delegado ou usurpado por outros.

A psicologia genética, a antropologia cultural e, sobretudo, a psicanálise põem hoje em evidência a importância da constelação familiar na construção da

personalidade infantil. A génese pessoal não é unicamente uma génese biológica, mas uma génese psicossocial na qual pesam as estruturas culturais gerais, as estruturas grupais e, de forma relevante, a estrutura familiar. Na sua aprendizagem humana e social, a criança depende tanto ou mais daqueles com quem convive quanto das suas potencialidades caracteriais, porque estas só serão actualizadas e promovidas quando encontrarem meio afectivo propiciador. Por isso mesmo, grande número de adaptações, de anomalias ou de perturbações do comportamento, resultam de pai ou de mãe insuficientes. Muitas crianças inadaptadas provêm de famílias cujo clima é de insegurança. E os encargos sociais que daí resultam (delinquência, perturbações do comportamento, doenças mentais, inadaptação social, etc.) são consideráveis. Por tudo isto, podemos considerar a instituição familiar como uma relação em marcha e uma relação vital, demasiado variada, divergente. Cada família difere da outra e, por isso, cada uma deve procurar caminhos específicos capazes de fomentar o crescimento de todo o núcleo. Na família desperta, pois, a vida e se faz a pessoa, em convivência e relação interna e externa.

Na escola, o processo educativo desenvolve-se numa interacção entre educandos e educadores, e, por isso, se deve caminhar para o diálogo que gere expectativas e que crie aprendizagens significativas. Deste modo, o crescimento escolar faz-se através da participação numa perspectiva de complementaridade e comunhão entre alunos, pais e professores. A educação é um processo personificado nos pais e nos professores. A interacção de toda a comunidade educativa faz da escola um espaço de educação total. Os pais não são parte periférica da escola mas parte integrante da comunidade educativa.

## **A pesença dos pais no processo de aprendizagem**

A transformação da educação passa por um processo de comunicação autêntica entre professores e pais. Só se pode ser educador dentro de um contexto participativo e vivencial. Só se aprende quando existir co-responsabilidade na educação. Por isso, a comunicação deve ser mais aberta, de motivação constante e de integração de todas as potencialidades educativas. Cada pai e cada professor colabora na construção do edifício intelectual e emocional de cada aluno. Só se pode educar quando se está aberto à colaboração mútua entre pais e professores. É importante a existência de educadores que representem o estímulo, a colaboração e capazes de estabelecer formas democráticas de comunicação. «A complexidade do mundo actual, manifesta nas rápidas mutações demográficas, tecnológicas e sociais, com enormes reflexos nas estruturas familiares e sociais, obriga-nos a considerar a escola como um sistema que necessita da colaboração

de outros sistemas que incluem necessariamente a família. Se estes sistemas estiverem articulados a colaboração funciona para o desenvolvimento intelectual e moral dos alunos»<sup>2</sup>.

Parece-me evidente que os altos índices de insucesso escolar, decorrentes de uma total apatia e alergia ao estudo, variam na proporção directa dos conflitos familiares que originam um desinteresse total pela aprendizagem dos filhos. Comportamentos rebeldes e insubordinados, têm, normalmente, na raiz, uma pedagogia exemplar dos pais, desvirtuada em termos de conduta moral e social. As condutas menos ortodoxas que o aluno transpõe para o ambiente escolar, sem quaisquer complexos ou inibições, são quase sempre decalcados a papel químico do *modus vivendi* dos pais.

A atitude estimulante dos pais, no que respeita ao desempenho escolar dos filhos, encorajando-os a prosseguir na sua busca pessoal da verdade, é considerada positiva e determinante para o aperfeiçoamento progressivo do seu recorte moral e intelectual.

Pelo que ficou dito, o papel de dar existência a filhos não se pode restringir meramente a isso. A criança necessita de apoio e de segurança, de amor e de afeição, de aprovação e de reconhecimento de modo a crescer equilibradamente, não só afectiva, mas também intelectualmente. Ora este crescimento só se verifica com a presença constante dos pais numa atitude de diálogo de modo a resolver problemas de crescimento – as chamadas crises de crescimento – por um compromisso sério e transparente, visando criar um ambiente inter-familiar respirável.

Portanto, uma má qualidade do clima educativo familiar é meio caminho andado para o insucesso escolar. Se não houver, da parte da escola, uma vontade pedagógica para remediar este clima, a escola em vez de ser um sistema de promoção do crescimento humano, transformar-se-á num conjunto de indivíduos atrofiados intelectual e socialmente. Por isso, para obstar a um desconhecimento da família por parte da escola, a família deve estar intimamente ligada a ela e vice-versa.

A inserção dos pais nas escolas, segundo Ramiro Marques<sup>3</sup>, visa alcançar três objectivos: mudar as atitudes dos professores para que ultrapassem a ideia negativa das crianças oriundas de famílias pobres; incentivar relações positivas entre a escola e a comunidade, passando pelos pais; promover, na comunidade, com o apoio de grupos locais, iniciativas que favorecem a educação de crianças pobres.

Estes objectivos contribuiriam grandemente para o aproveitamento escolar dos alunos e, ao mesmo tempo, para uma educação mais integral e totalizante, fazendo consequentemente a ponte entre a escola e a comunidade social exte-

---

<sup>2</sup> Ramiro Marques, *Professores, famílias e projecto educativo*, Texto Editora, Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1990, p. 13.

<sup>3</sup> Ramiro Marques, *A escola e os pais como colaborar?*, Texto Editora, Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1990, p. 12.

rior. Digo contribuiriam, se os pais se interessassem e tornassem estes objectivos realidade, pela sua presença na escola, quando requerido. Acontece que os pais continuam a primar pela ausência, mesmo quando se trata de resolver assuntos que dizem respeito aos seus próprios filhos.

O que afirmei acima é o que hoje se verifica. De qualquer modo, a minha análise não vai tanto nesse sentido, mas partindo do princípio de que as Associações de Pais corresponderão positivamente ao que delas se requer para cumprir os objectivos propostos. Neste sentido, vejo como positivo o envolvimento dos pais na educação escolar dos seus filhos, permanecendo lado a lado com os professores e nunca distantes ou simplesmente alheados.

E também nunca como supervisores, mas partilhando preocupações e ideais acerca de uma melhor qualidade de ensino/aprendizagem. Isto exige dos pais empenho e disponibilidade para participarem numa tarefa que lhes é inalienável e que outrem não pode desempenhar por eles. Por isso, a escola deve incluir os pais e os alunos – e os professores – nas estruturas participativas e na experiência pedagógica quotidiana. Esta é uma exigência da Lei de Bases do Sistema Educativo Português. E, porque é uma exigência fundamental para uma nova mentalidade escolar, o contacto entre a escola e os pais não se pode limitar ao envio de notas ou de mensagens para casa que, excluídas de um contexto global, podem dar a impressão de «fatalidade» e originar, porventura, castigos nos filhos, que são muitas vezes, causadores de maior mal-estar e de dificuldades na aprendizagem. Isso deve ser evitado pelo contacto recíproco entre o Director de Turma e o Encarregado de Educação, ou Associações de Pais, através do qual este vai sendo integrado no processo educativo escolar do seu educando. É necessário criar condições para desenvolver o modelo participativo entre pais e professores, de modo a que as famílias possam encaradas como parceiros e possam cooperar com as escolas, tenham voz activa para implementar esse modelo.

A presença dos pais deve ser entendida como possibilidade de ultrapassar obstáculos e dificuldades entre a escola e a vivência social, entre o que os alunos aprendem/estudam e o que vivem, de modo a que um crescimento físico-afectivo, psicológico-intelectual, aconteça. Com a presença dos pais também deve ser ultrapassada a tradicional reunião, onde o Director de Turma se limita a comunicar o que o aluno fez de negativo, que geralmente contribui para o aumento de problemas e do insucesso escolar, para se passar à implementação do diálogo, que se quer contínuo, com o fim de incentivar a integração social e o sucesso escolar. Pode dizer-se que muitos pais não entendem a linguagem escolar por falta de cultura e de instrução escolar. Neste campo, é muito importante o papel do Director de Turma que tem a obrigação de explicar aos pais em que moldes se processa o ensino escolar e como eles podem ajudar os seus filhos, cumprindo deste modo, os três objectivos que Ramiro Marques aponta. Consequentemente, não é tanto a família que deve ir ao encontro da escola, mas a escola que deve ir

ao encontro dos pais, tantas vezes difíceis de contactar segundo o mesmo autor<sup>4</sup>. Importa vincar que a família não pode assistir passivamente ao ensino escolar dos seus filhos, mas deve participar em decisões concernentes à educação. É de fundamental e essencial importância esclarecer que os pais não podem contentar-se em levar os filhos à escola para se libertarem de responsabilidades, mas têm de colaborar e de acompanhar toda a tarefa escolar, particularmente a formação ética que ali deve ser ministrada<sup>5</sup>. A perspectiva dos pais como educadores inclui actividades de aprendizagem em casa, reforço da motivação dos filhos. Para isso, os pais têm necessidade de informação e conhecimento a fim de serem capazes de desenvolver competências como educadores que lhes possibilite vigiar os trabalhos de casa reforçando os hábitos de estudo. Parece claro que, na actualidade, se tende, de uma forma progressiva, embora lenta, para um maior relacionamento entre todos os educadores, pais e professores. Existe uma maior consciência participativa que se traduz numa relação pais-escola cada vez mais forte. Todavia, apesar do panorama relacional ser presentemente mais fácil, temos de reconhecer a indiferença ainda existente em alguns sectores da família, particularmente entre os pais com filhos mais velhos e os de mais alta e mais baixa posição sócio-económica; e ter também em linha de conta certos pais, excessivamente conscientes da sua função participativa, que se intrometem em assuntos escolares que não são da sua competência. É necessário clarificar os papéis de uns e de outros, dos pais e dos professores.

A tendência para uma maior relação família-escola obedece a várias causas. Uma delas é o sentido que a sociedade actual tem da responsabilidade educativa que compete aos pais na educação integral dos filhos, responsabilidade que não condescende com o abandono despreocupado da sua educação nas mãos dos professores, por mais excelentes que sejam, reservando os pais para si, exclusivamente, a atenção ao desenvolvimento fisiológico dos filhos, sem colaborar com os restantes educadores no desenvolvimento de todas as dimensões da personalidade.

Outra causa é a consciência, cada vez mais vincada, de que a educação é um fenómeno complexo que necessita da acção combinada de muitos educadores. A problemática que implica o tratamento pedagógico dos diferentes aspectos que formam a personalidade-liberdade, a socialização, a afectividade, a inteligência, é de tal importância que ultrapassa a capacidade de um só educador. Daí a necessidade de que sejam várias pessoas a ajudarem o educando a realizar-se, ajuda que não será real se a acção desses educadores não for bem coordenada.

Um terceiro factor que contribui, sem dúvida, no momento actual, para uma maior relação família-escola, é a existência de uma maior sensibilidade, em todos os espaços institucionais da sociedade, para exigir a participação como um direito.

---

<sup>4</sup> Idem, p. 11.

<sup>5</sup> Paul Gouyon, *El Concilio y la educacion, Comentário*, Ed. Fax, Madrid, 1968, p. 63.

Para isso contribui, certamente, a mudança que permitiu a passagem de estruturas sociais de carácter piramidal para outras mais horizontais e de diálogo.

Esta é a situação presente. O futuro é um desafio a todos os educadores para que a relação mútua, nas escolas, seja um facto quotidiano e real e não um episódio de circunstância. Um desafio que tem carácter de urgência, porque a relação pais-escola é vital para a educação dos filhos e é grave chegar tarde a qualquer etapa da sua maturação como pessoas.

O desenvolvimento de um sentido de associação entre professores e pais, considerado como eficaz e satisfatório por ambas as partes, só pode ser conseguido se se preencherem duas condições:

- a) Os pais estarem razoavelmente bem informados sobre o que a escola está a fazer e compreenderem essa acção;
- b) Haver da parte da escola a abertura de oportunidades para professores e pais terem contactos individuais, de forma adequada, para que possam discutir a evolução do aluno.

As associações de pais podem fazer muito na ajuda aos seus elementos para que se sintam informados, confiantes e coordenados. É evidente que o material que aqui se refere sobre evoluções recentes constitui apenas uma pequena parte do que existe nas diferentes escolas portuguesas e a que as associações de pais têm acesso. Assim, às Associações de Pais, compete:

- a) Identificar os objectivos das actividades escolares, o que poderá ajudar os Encarregados de Educação a compreenderem o que as escolas fazem;
- b) Fazer com que as escolas compreendam a necessidade de dar aos pais material de publicidade atraente e escrito de forma adequada e clara sobre o trabalho da escola, sua filosofia, organização, estilo de ensino;
- c) Exercer pressão sobre a escola para garantir que os pais possam participar em conversas informais com os professores, permitindo-lhes comunicação aceitável para ambas as partes, de forma a ajudá-los e aos professores, individualmente, nos seus contactos sobre os seus próprios filhos;
- d) Conseguir, como direito constitucional, a ida dos pais à escola, sem prejuízos nos respectivos empregos.

Além disso, as escolas necessitam de projectar uma imagem de que querem criar uma associação com os pais. Para este fim, devem explorar os meios de comunicação locais, isto é, os jornais, a rádio e a televisão e, evidentemente, as oportunidades que lhes surgem através da associação de pais. A escola tem de garantir que tantos os pais como a comunidade local recebem as informações de que necessitam, a fim de poderem compreender os cursos que estão a ser ministrados na escola. Na maior parte das escolas, dá-se muito pouca atenção à projecção do trabalho da escola, da sua imagem e das suas vitórias, aos seus

«parceiros», quer se trate de indivíduos, quer de grupos, de empresas, de lojas, de escolas ou de outros organismos na área ou no ambiente que pode identificar como sendo a sua «comunidade». Toda esta congregação de esforços tem como finalidade executar essa pedagogia de co-responsabilidade onde pais e professores se encontrem como líderes do mesmo processo educativo.

### **Uma pedagogia co-responsável: a colaboração entre pais e professores**

A maior parte dos pais acolhe favoravelmente estas mudanças de ênfase e o conseqüente alargamento dos objectivos do ensino/educação escolar. Alguns, talvez porque estejam menos a par destas mudanças, consideram-nas surpreendentes ou mesmo inadequadas para os seus filhos. Seja qual for a sua opinião, está claro que a mudança implica que a escola tenha uma maior quota-parte no desenvolvimento de qualidades, de aptidões e de compreensão que advêm também da experiência e do meio de vida na família e, geralmente, fora da escola. Por outras palavras, alargou-se a área em que a escola está a prosseguir objectivos que constituem parte integrante do processo de educação por parte dos pais. Poderá argumentar-se que, na realidade, a mudança não é tão dramática na medida em que as escolas sempre se preocuparam com o desenvolvimento das qualidades sociais e pessoais dos alunos e que as escolas sempre viram isto como uma associação entre a escola e a família. Mas, de uma maneira geral, estes objectivos estão agora a receber um perfil muito mais alto e provavelmente continuarão assim no futuro.

Basicamente, estes aspectos reforçam a necessidade de os professores e de os pais poderem comunicar, particularmente se a escola está a cuidar de apoiar a passagem de um jovem para a vida de adulto. Mas, é necessário reconhecer que as dificuldades e diferenças fundamentais, entre o aluno e o pai, o pai e o professor, a escola e a família, a escola e a comunidade, estão relacionadas com problemas que terão de ser combatidos e resolvidos, na medida do possível.

Tal como acontece em qualquer actividade que envolva os pais nesses papéis, é essencial que eles sejam bem informados dos objectivos da escola quando se dá este tipo de experiência. Muitas vezes, um dos objectivos principais consiste no desenvolvimento da auto-confiança do jovem de forma a que possa planear e realizar as suas próprias actividades sem a interferência dos adultos. Os pais poderão ter de ser particularmente cuidadosos nisto. Da mesma forma, sempre que o seu próprio filho está envolvido, eles têm de se certificar de que a relação entre eles não vai prejudicar a experiência do aluno. Ter sempre presente que «... o professor é o agente e o auxiliar dos pais na obra da educação. Ele está *in loco parentis*. Se se pretende que o aluno se desenvolva harmoniosamente e chegue a uma maturidade bem equilibrada, a família e a escola devem trabalhar

de mãos dadas, o mais estreitamente possível, sem tensões e, sobretudo, sem criar divisão no coração do aluno»<sup>6</sup>.

A família, tendo como fim a procriação e a educação dos filhos, possui, por isso mesmo, uma prioridade de natureza e, conseqüentemente, uma prioridade de direito-dever no campo da educação relativamente à sociedade. Ela não deve e não pode renunciar a este direito. É necessário, por isso, que, juntamente com os professores e os alunos, também as famílias estejam presentes na Escola e se sintam responsáveis pela orientação educativa da comunidade escolar<sup>7</sup>.

### **Colaboração no ambiente educativo escolar**

Nas escolas onde o actual modelo de gestão pôde realizar-se plenamente, verificou-se que os Conselhos Directivos, os Conselhos Pedagógicos e até os de Turma, sentiam muitas vezes a necessidade de ouvir os pais ou encarregados de educação e de contar com eles para a tomada de atitudes e de decisões que aos filhos diziam respeito. Fizeram-no por sensibilidade pedagógica.

É precisamente para uma maior democratização da escola, para uma excelência de ensino, que se vem defendendo a necessidade de devolver a escola à família, à comunidade, aos estudantes, tendo em vista o sentido comunitário que a nossa sociedade defende. Ao mesmo tempo, nota-se também uma frequente pressão dos próprios pais de se inteirarem do processo educativo a que entregam os filhos.

Estes dois parágrafos reflectem aquilo que o Ministério da Educação Português apresentou para legislar sobre o novo modelo de gestão das escolas, baseando-se no Relatório elaborado por Fraústo da Silva sobre a reestruturação dos planos curriculares e no Relatório Global da Comissão de Reforma do Sistema Educativo. Estes relatórios pretendiam marcar a presença participativa e activa da família nos estabelecimentos de ensino. Esta presença participativa nas decisões, em matéria de educação, surge no sentido de devolver a escola às entidades atrás referidas, a fim de a educação poder ganhar um sentido comunitário e, ao mesmo tempo, o ensino poder recuperar qualidade e excelência.

Conseqüentemente, o ensino/aprendizagem atingirá resultados mais positivos na medida em que houver diálogo sério não só dentro das Associações de Pais mas também com o corpo de professores, reservando-se a estes a maioria de voto nas decisões, devido à sua competência e ao seu permanente contacto com os alunos.

---

<sup>6</sup> António Martins Alves, *Direitos e deveres da família na educação*, Ed. Perpétuo Socorro, p. 115.

<sup>7</sup> Idem, p. 116.

Como há muitas famílias que não têm noção da essência da educação escolar, é natural que se peça à escola que desempenhe essa função. Levantam-se problemas: o dos padrões de educação que podem ser diferentes entre professores e pais; o dos padrões de cultura e especificidade do acto educativo e pedagógico. Por isso, a especificidade do acto pedagógico deve ser do conhecimento dos Encarregados de Educação. Deve ser explicado o que se pretende avaliar, como se avalia, como se estrutura o projecto educativo da escola, as obrigações dos professores, dos pais e dos alunos. Os encarregados de educação devem estar presentes, mas não ter o poder de dizer, em exclusivo, como se deve processar o acto educativo, tal como os familiares de um doente, mesmo sendo médicos, não interferem na estrutura hospitalar, ainda que opinem sobre a doença.

Não rejeitar a colaboração que os pais podem prestar no que diz respeito aos seus educandos na relação directa com o respectivo Director de Turma, mas evitá-la em decisões que afectem o próprio acto pedagógico, ou a condução da escola.

Torna-se evidente, pelo contacto diário com professores, que a maior parte deles não vêem qualquer vantagem na participação das Associações de Pais na vida escolar, ou porque se sentem fiscalizados e perdem poder; ou porque essas associações não percebendo todos os meandros da vida da escola, porque não vivem diariamente nela, não sentem os problemas directamente, sendo, por isso, de extrema dificuldade coordenar o que pensam uns e outros.

A questão que se coloca é a seguinte, uma vez que a legislação que determina a presença das Associações parece não voltar atrás: estarão os pais, porque não conhecem o meio escolar a fundo, preparados para responder efectivamente às exigências educativas que a escola coloca, nomeadamente na pedagogia e na avaliação dos alunos? Ou será que a presença dos pais vai mais no sentido de uma educação afectiva transferindo responsabilidades para os professores do que vai mal? E o contrário não acontecerá também?

Seja como for, o meio educativo escolar apresenta, hoje, problemas que dizem respeito a toda a comunidade, principalmente aos pais, porque o meio escolar não é totalmente indissociável do meio educativo familiar. Ora, se o novo modelo de gestão conseguir motivar os pais para se interessarem pela educação dos seus filhos, não será totalmente negativo. Os Encarregados de Educação devem ter conhecimento da gama de disciplinas facultativas a serem oferecidas na escola; dos processos utilizados pelos alunos para escolherem as opções e dos processos a serem utilizados pela escola para consulta aos pais relativamente às escolhas de carreira feitas pelos filhos.

Os pais são obrigados, por lei, a manterem contacto com as escolas acerca dos progressos dos seus filhos. Se isto não for feito, o professor terá, se necessário, de visitar os pais nas suas próprias casas, ou pelo menos arranjar uma solução plausível para inteirar os pais desse processo. Pelo lado da escola, reforça-se este

contacto pela prática de permitir que o mesmo professor siga uma turma, ano a ano, para observar a sua caminhada, possibilitando assim, um contacto adulto estável para o aluno, dentro do ambiente da escola.

Nas escolas secundárias, é necessário um apoio dos pais, em primeiro lugar, para dar aos filhos um incentivo geral à medida que eles vão progredindo nos anos escolares; e, em segundo lugar, para que os pais, que constituem um elemento chave de influência sobre a escolha de carreira dos seus filhos, possam desempenhar um papel informado ao ajudar na decisão, nas fases finais da educação secundária, sobre o que fazer a seguir: se deverão ou não prosseguir através de mais educação académica, formação profissional ou procura de emprego.

O desempenho com êxito destes papéis depende de os pais estarem dispostos a dedicarem algum tempo para saberem o que tenta a escola conseguir para os seus filhos e sobre as carreiras e oportunidades de formação que lhes estão abertas.

Basicamente, os pais devem ser agentes interessados e desempenhar alguns papéis, como:

- a) Falar com o seu filho sobre o que está a fazer na escola; ler as informações dadas pela escola;
- b) Visitar a escola para consultar os professores individualmente;
- c) Estar presente em reuniões formais ou informais da escola, organizadas para explicar quais as actividades da escola bem como para expor trabalho feito, ou a fazer, pelos alunos; participar em festas, visitas de estudo.

Não são apenas estas as tarefas das Associações de Pais. Identificam-se outras, nomeadamente como membros da comunidade local: a de apoiarem os contactos da escola com aquela e simultaneamente a de aproveitarem os recursos que ela pode oferecer à instituição escolar. Estas ideias constituem elementos básicos essenciais como ponto de partida para uma boa cooperação entre os pais e a escola.

Na maior parte das escolas, consegue-se, geralmente, construir bons contactos entre as escolas e os pais nas fases pré-primária e primária. Esses contactos enfraquecem quando a criança entra na escola secundária. O contacto, nessa altura, fica muitas vezes limitado a uma ou duas reuniões por ano com um ou mais professores do aluno para uma análise do relatório de progressos, geralmente sob a forma de uma nota, mas, por vezes, com um breve comentário como, por exemplo, «poderia ter feito melhor». Qualquer outro contacto provavelmente só será feito em caso de emergência – uma convocatória para que o pai visite a escola a fim de discutir um problema que, geralmente, é de natureza disciplinar. É necessário inverter a situação. Por isso, em primeiro lugar, os cursos da escola deverão motivar os alunos e têm de parecer a estes e, idealmente, também aos seus pais, relevantes para o mundo real. A escola também proporcionará a todos

os alunos a oportunidade de sucesso e de orgulho do seu trabalho. Quando isto acontecer, os próprios alunos irão começar a exercer pressão sobre os seus pais para que visitem a escola.

Em segundo lugar, esta, como instituição, incluindo o seu pessoal, devem reflectir uma atitude que valorize e acolha positivamente o envolvimento dos pais. Os professores devem desenvolver as técnicas necessárias para comunicar com os pais mesmo que venham de ambientes sociais ou étnicos diferentes. Isto não é fácil, pois muitos professores são educados e formados com uma filosofia totalmente oposta.

As escolas podem oferecer cursos para os próprios pais, quer como parte da sua educação de adultos, quer como actividade recreativa, durante o dia, à noite ou nos fins de semana. Deste modo, atrai-los-á mais à escola, interessá-los-á mais pelo trabalho dos filhos e levá-lo-á a colaborar mais profundamente no auto e hetero processo educativo.

Uma parte da formação profissional dos professores deverá incidir na necessidade de adquirirem aptidões para que os pais, de todos os tipos, se sintam bem na sua escola; de procurarem informação sobre o mundo em que vivem os pais dos alunos, que poderá ser muito diferente do seu; de aprofundar a sensibilidade para respeitar os costumes, ideias e conhecimentos dos pais.

Podem existir pais que nunca entraram em contacto com a escola. Poderão estar intimidados por recordações desagradáveis dos seus tempos de escola ou pela maneira formal e de linguagem utilizada pelos professores. Alguns pais imigrantes não saberão mesmo falar a língua do país de acolhimento. Para estes, será necessário darem-se passos especiais para contacto.

As visitas ao domicílio, feitas por alguém capaz de um bom relacionamento, poderão ser uma das soluções: ou um professor bom conhecedor do aluno ou um professor da turma ou um «tutor». Porém, nem todos os professores têm capacidade de fazerem estas visitas com êxito e nem todos estão dispostos a fazê-las. As escolas podem nomear um elemento de ligação entre a escola e a casa ou a comunidade, isto é, um «tutor».

Noutros casos, podem os elementos da Associação de Pais contactar determinada família que tem relutância em deslocar-se à escola. Estes pais intermediários deverão ser capazes de os convencer a irem juntos à escola, pelo menos a uma reunião e a estabelecerem um primeiro contacto.

O ideal seria criar lugares de encontro na escola, onde os pais explicariam a outros pais o funcionamento desta e a importância de acompanhar a educação dos filhos, de modo a que contactos informais se transformassem em presença interessada no processo ensino/aprendizagem dos alunos. Estes centros exteriores ou anexos da escola, situados separadamente da área de leccionação, são de muita utilidade na atracção ou contacto com os pais que não estão dispostos a irem à escola, seja qual for a razão.

Os pais podem, ainda, ajudar em projectos práticos das instituições que os filhos frequentam. Estas podem contribuir para «serviços da comunidade», como, por exemplo, colaborar, criar ou dirigir um serviço do ambiente, limpar um parque local ou melhorá-lo. A supervisão, a tempo inteiro, destes trabalhos por parte dos professores, poderá ser difícil e os adultos, especialmente os pais, poderão ser solicitados a participarem.

Concluamos, esquematizando o complexo e útil papel das Associações de Pais. Competir-lhes-á:

- a) Informar todos os pais sobre o papel das actividades da associação no apoio à escola através de reuniões e outros processos considerados adequados;
- b) Envolver tantos pais, quanto possível, nas suas actividades associativas, de forma a identificar e reflectir os interesses, preocupações e necessidades dos diversos grupos e indivíduos na comunidade da escola;
- c) Elaborar e publicar material sobre a escola, sobre a comunidade, sobre os processos de orientação, sobre o mercado de trabalho (incluindo, aqui, a produção de vídeos a serem emprestados aos pais, se necessário em várias línguas);
- d) Apresentar à escola os grupos e pessoas a quem se pode recorrer na comunidade local;
- e) Estabelecer relações de trabalho cordiais com as autoridades locais.

## **Conclusão**

Verificámos que a presença dos pais no processo de aprendizagem dos filhos é fundamental para se atingirem desempenho de sucesso. Daí a necessidade de ligar cada vez mais intimamente a família à escola. Porque só assim os pais conseguirão desempenhar o seu papel de educadores, estimulando o desempenho escolar dos filhos, uma vez que é essencial a afeição, a aprovação e o reconhecimento por parte dos pais para o desenvolvimento afectivo e intelectual. Sendo a educação um fenómeno cada vez mais complexo necessita de todas as forças para ser levado em frente. Daí a necessidade de um conhecimento cada vez mais profundo da escola por parte dos pais. A presença dos pais na escola deve ser vista como possibilidade de maior conhecimento dos alunos e das características que transportam consigo, para potenciar um melhor ensino/aprendizagem. Assenta, aqui, a responsabilidade educativa. E também só assim se conseguirão ultrapassar divergências entre o papel da escola e o papel da família. Professores e pais perseguem os mesmos objectivos e, se os objectivos são os mesmos, os meios para os atingir devem ser estabelecidos e procurados em colaboração próxima. Esta

colaboração é entendida como participação nas decisões em matéria de educação defendendo a qualidade dessa mesma educação. Neste sentido, os pais devem ser chamados a colaborar na escola e a integrarem-se nela como parte responsável de todo o processo.

Concluimos, por fim, que os pais têm o dever legal de intervenção e colaboração na escola, tomando decisões de co-responsabilidade na sua orientação. Este dever, apresentado pela legislação portuguesa, visa ligar os pais ao sistema educativo, exigindo responsabilidades e integrando-os num processo em que eles desempenham o papel de colaboradores, de consultores e de membros da direcção da escola.

Os pais são reconhecidos, pela lei portuguesa, como os principais educadores dos seus filhos e como tal, cumprindo a lei, devem participar efectivamente na educação escolar dos filhos e serem tratados pela escola como verdadeiros membros da comunidade educativa. É imprescindível que a escola se torne numa realidade aberta aos pais fazendo uma contínua interacção com a comunidade exterior, promovendo, mais eficazmente, o desenvolvimento intelectual, moral e social dos alunos.

Maio 2003.